

2011

Relatório de Atividades

4ª Câmara de Coordenação e
Revisão do MPF

Apresentação

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão exerce o papel, no âmbito do MPF (MPF), de coordenar, integrar e revisar as ações institucionais destinadas à defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural brasileiro.

Foi instituída pela Resolução nº 6, de 16 de dezembro de 1993, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), com base nos artigos 58 a 62 da Lei Complementar 75/93, que definem a organização, o funcionamento, a composição e a competência das Câmaras de Coordenação e Revisão.

Destacam-se as seguintes áreas de atuação da 4ª CCR:

Meio Ambiente

- Biossegurança e organismos transgênicos
- Espaços Territoriais Especialmente Protegidos:
 - ✓ Área de reservação permanente
 - ✓ Reserva legal
 - ✓ Terras indígenas e territórios tradicionais
 - ✓ Unidades de conservação
- Fauna
- Flora
- Gestão ambiental
- Licenciamento ambiental
 - ✓ Assentamentos do INCRA
 - ✓ Empreendimentos turísticos
 - ✓ Energia

- ✓ Infraestrutura
- ✓ Plantas industriais

- Mineração
- Ordenamento territorial
- Patrimônio genético
- Poluição
- Produtos controlados
- Recursos hídricos
- Saneamento
 - ✓ Água
 - ✓ Efluentes
 - ✓ Resíduos sólidos

Patrimônio Cultural

- Espaços destinados a manifestações artístico-culturais
- Gestão e fomento
- Patrimônio arqueológico
 - ✓ Bens
 - ✓ Sítios
- Patrimônio arquitetônico
 - ✓ Bens imóveis e monumentos
 - ✓ Conjuntos urbanos e sítios históricos
- Patrimônio ferroviário
- Patrimônio imaterial
 - ✓ Formas de expressão
 - ✓ Modos de criar, fazer e viver
- Patrimônio móvel
 - ✓ Bens arquivísticos
 - ✓ Bens artísticos, históricos e científicos
 - ✓ Bens audiovisuais
 - ✓ Bens bibliográficos
- Patrimônio natural

- ✓ Paleontológico
- ✓ Sítios ecológicos e científicos
- ✓ Sítios espeleológicos
- ✓ Sítios paisagísticos
- ✓ Sítios paleontológicos
- Patrimônio simbólico
 - ✓ Datas comemorativas
 - ✓ Nomes
 - ✓ Símbolos nacionais

A 4ª CCR é composta por três membros do MPF, um indicado pelo Procurador-Geral da República e dois pelo CSMPF, juntamente com os membros suplentes, para um mandato de dois anos, entre integrantes do último grau de carreira, sempre que possível.

Um dos integrantes da Câmara de Coordenação e Revisão é designado pelo Procurador-Geral da República para a função executiva de Coordenador.

Para assessorar os Membros do MPF, a 4ª CCR dispõe de analistas periciais, processuais, técnicos administrativos e assessores. A equipe de peritos possui formação multidisciplinar nas áreas de Antropologia, Arqueologia, Arquitetura, Biblioteconomia, Biologia, Engenharia Agrônômica, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia Sanitária, Engenharia Química, Geografia e Geologia.

Tal equipe atua em tarefas especializadas, necessárias às atividades institucionais, como a realização de perícias de campo, coletas de dados, análises e exames de documentos técnicos. Em sua maioria, os peritos são lotados na PGR. Nas

Procuradorias da República nos Estados já foram lotados peritos na Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, conforme detalhado no item 1.3.3 (Equipe – Gerência Técnica).

Este relatório, apresentado conforme disposto na Resolução CSMPF do MPF nº 20, de 06 de fevereiro de 1996, art. 7º, III, sintetiza as principais atividades desenvolvidas por esta Câmara de Coordenação e Revisão, no ano de 2011.

Sumário

1	Introdução	
2	Composição	i
2.1	Colegiado da 4ª CCR	1
2.2	Representantes	1
2.2.1	Procuradorias da República nos Estados	1
2.2.2	Procuradorias da República nas Regiões	2
2.2.3	Comissões e Conselhos	2
2.3	Equipe	3
2.3.1	Gerência Administrativa	3
2.3.2	Gerência Jurídica	3
2.3.3	Gerência Técnica	4
3	Atividades no Exercício da Função de Revisão	7
3.1	Documentos Recebidos	7
3.2	Documentos Deliberados	8
3.2.1	Promoção de Arquivamento	10
3.2.2	Declínios de Atribuição	10
3.2.3	Conflito de Atribuição	11
3.2.4	Outros	11
4	Atividades Desenvolvidas pela Gerência Técnica	13
5	Atividades Desenvolvidas pela Gerência Jurídica	17
6	Atividades Desenvolvidas pela Gerência Administrativa	21
7	Atividades no Exercício da Função de Coordenação	25
7.1	Eventos promovidos	25
7.2	Audiências Públicas	26
7.3	Grupos de Trabalho	27
7.4	Consultas	29
7.5	Enunciados	30
7.6	Portarias	30
7.5	Recomendações	31
7.7	Outras Atividades	31

Introdução

A 4ª Câmara, no ano de 2011, realizou 36 reuniões ordinárias e 3 reuniões de coordenação, deliberando nesse período sobre 4.291 procedimentos. Esse resultado foi possível pela ativa participação dos membros, titulares e suplentes, bem como de todos os servidores envolvidos que se empenharam no exame e no trâmite desse grande número de expedientes.

Quanto aos Grupos de Trabalho (GTs), destaca-se a continuidade da atuação com a finalidade de auxiliar a Câmara no alcance das metas relacionadas à matéria de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.

No ano de 2011, a finalidade primordial foi de “trabalhar preventivamente na edição de atos normativos que regulem matéria ambiental e de patrimônio cultural, nos órgãos do Poder Executivo”. Também, foram estabelecidos os principais focos de atuação de cada Grupo de Trabalho da 4ª CCR.

Atualmente, estão em atuação 10 (dez) GTs e 2 (dois) Subgrupos de trabalho no âmbito da 4ª CCR.

Realizou-se na Cidade de Belém, no período de 31 de agosto a 2 de setembro o IX Encontro Nacional sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, onde Procuradores da República de todo o

Brasil, que atuam nesta área, reuniram-se para debater pontos críticos ligados ao novo Código Florestal, à expansão das fronteiras do agronegócio e os conflitos socioambientais. A atuação do MPF na zona costeira e a recuperação do patrimônio edificado foram alguns dos temas debatidos.

Em parceria com a ESMPU, a 4ª Câmara realizou o Curso de Aperfeiçoamento “Política Nacional de Resíduos Sólidos”, objetivando capacitar os membros e analistas da Instituição, com o propósito de contribuir para a efetiva implementação de políticas públicas neste setor.

Foram realizadas três Audiências Públicas. A primeira, em conjunto com a 6ª Câmara, referente ao Plano Decenal de Expansão de Energia. A segunda e a terceira trataram das propostas de alteração do Código Florestal.

A 4ª Câmara, representada pelo seu Coordenador, participou de relevantes audiências públicas no Congresso Nacional, que debateram temas como o Novo Código Florestal; o licenciamento de usinas nucleares; o derramamento de óleo no Campo de Frade, na Baía de Campos, litoral Norte Fluminense; e a Estrada Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu. Da mesma forma, produziu diversos documentos auxiliares ao processo legislativo de projetos de lei.

Objetivando uniformizar algumas rotinas das diferentes unidades do MPF e auxiliar a atuação dos membros na área ambiental, foi elaborada a Cartilha “Inquéritos Cíveis em matéria ambiental: instauração e instrução”, que apresenta orientações para a

adequada tramitação de procedimentos administrativos e inquéritos civis, visando dar homogeneidade ao trâmite de documentos, no âmbito da Câmara.

Com a instituição das Portarias nº 03¹ e nº 04², no ano de 2010, as análises técnicas de processos que chegam à Câmara foram uniformizadas e os prazos para atendimento às demandas foram significativamente reduzidos.

Foi instituída uma comissão denominada Rio + 20 com objetivo de assegurar a participação e contribuição de membros do MPF nos eventos relacionados à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente – Rio + 20, a ser realizada em junho de 2012.

Como parte do processo de Modernização do MPF, foi instituída pela Portaria nº 686/2011, de 19 de dezembro de 2011, a reestruturação entre outras unidades, das Câmaras de Coordenação e Revisão. A 4ª CCR iniciou a implantação da reestruturação no final de 2011 e a concluirá no exercício de 2012.

¹ Portaria nº 03, de 09/02/10, estabelece que a Assessoria Técnica, vinculada administrativamente à Coordenação da Câmara, composta por Analistas Periciais e Assessores Técnicos de diferentes áreas de conhecimento, tem por atribuição a realização de perícias e a prestação de assessoramento aos Membros do MPF que atuam em matéria de meio ambiente e patrimônio cultural.

² Portaria nº 04, de 09/02/10, define a classificação das informações técnicas produzidas pelos Analistas Periciais e Assessores Técnicos vinculados à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão

Registra-se, por fim, o envolvimento institucional dos seus servidores, empregados terceirizados e estagiários – equipe multidisciplinar e altamente capacitada para exercer assessoria aos membros nas atividades de apoio revisional e de comunicação. Aproveito a oportunidade para agradecer, a todos os servidores da 4ª CCR, o indispensável apoio à coordenação.

Composição

Colegiado da 4ª CCR

- Até 16 de março de 2011 (Portaria PGR nº 200, de 05/05/10)

- Membros Titulares

Mario José Gisi

*Subprocurador-Geral da República
Coordenador*

Ivaldo Olímpio de Lima

Subprocurador-Geral da República

Sandra Verônica Cureau

Subprocuradora-Geral da República

- Membros Suplentes

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto

Procurador Regional da República – 1ª Região

Paulo Vasconcelos Jacobina

Procurador Regional da República – 1ª Região

José Leonidas Bellem de Lima

Procurador Regional da República – 3ª Região

- A partir de 19 de março de 2011 (Portaria PGR nº 104, de 10/03/11):

- Membros Titulares

Mario José Gisi

*Subprocurador-Geral da República
Coordenador*

Sandra Verônica Cureau

Subprocuradora-Geral da República

Paulo Vasconcelos Jacobina

Procurador Regional da República – 1ª Região

- Membros Suplentes

Lindôra Maria Araújo

*Subprocuradora-Geral da República
(Afastada a partir de 25 de outubro)*

Maria Célia Mendonça

Subprocuradora-Geral da República

José Leonidas Bellem de Lima

Procurador Regional da República – 3ª Região

Representantes

Procuradorias da República nos Estados

Acre

Anselmo Henrique Cordeiro Lopes

Alagoas

Bruno Baiocchi Vieira

Amapá

Antônio Carlos Marques Cardoso

Amazonas

Athayde Ribeiro Costa

(Procurador-Chefe)

Bahia

Caroline Rocha Queiroz

Ceará

Alessander Wilckson Cabral Sales

Distrito Federal

Ana Paula Mantovani Siqueira

Espírito Santo

Elisandra de Oliveira Olímpio

Goiás

Adrian Pereira Ziembra

Maranhão

Alexandre Silva Soares

Mato Grosso

Márcia Brandão Zollinger

Mato Grosso do Sul

Wilson Rocha Assis

Minas Gerais

Mírian do Rozário Moreira Lima

Pará

José Augusto Torres Potiguar

Paraíba

Werton Magalhães Costa

Paraná

Luís Sérgio Langowski

Pernambuco

Anastácio Nóbrega Tahim Júnior

Piauí

Tranvanvan da Silva Feitosa

Rio de Janeiro

Maurício Ribeiro Manso

Rio Grande do Norte

Fábio Nesi Venzon

Rio Grande do Sul

Cristianna Dutra Brunelli Nácul

Rondônia

Nádia Simas Souza

Roraima

Rodrigo Timóteo da Costa Silva

Santa Catarina

Ricardo Kling Donini

São Paulo

Adriana Zawada Melo

Sergipe

Lívia Nascimento Tinôco

Tocantins

Álvaro Lotufo Manzano

Procuradorias da República nas Regiões**1ª Região – Distrito Federal**

Eliana Peres Torelly de Carvalho

2ª Região – Rio de Janeiro

Nívio de Freitas Silva Filho

3ª Região – São Paulo

Fátima Aparecida de Souza Borghi

4ª Região – Rio Grande do Sul

Marcelo Veiga Beckhausen

5ª Região – Recife

João Bosco Araújo Fontes Júnior

Comissões e Conselhos**Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)**

Fátima Aparecida Borghi

Procuradora Regional da República – 3ª Região
Coordenadora do GT 4ª CCR - Transgênicos

Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Sandra Cureau

Subprocuradora-Geral da República

Representante do MPF no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) no Biênio de 2011/2012

Oswaldo José Barbosa Silva - Titular

Procurador Regional da República – 1ª Região

Sonia Maria de Assunção Maciera – 1ª Suplente

Procuradora Regional da República – 5ª Região

Ana Cristina Bandeira Lins – 2ª Suplente

Procuradora da República no Estado de São Paulo

Equipe

Gerência Administrativa

Rubens Hisanari Matsushita

Gerente Administrativo (desde 29 de abril)

Gustavo Ferreira Souza

Gerente Administrativo (até 28 de abril)

Chrystianne Maria Cruz Quevedo

Técnico Administrativo

Cláudio Henrique Pereira dos Reis Cruz

Assessor (até 9 de março)

Elzimar Maria de Moura

Auxiliar Operacional

Eny Fernandes

Técnico Administrativo (aposentada a partir de 11 de outubro)

Leydson Rodrigues carvalho Silva

Técnico Administrativo (a partir de 30 de novembro)

Maira Costa Tarchetti

Técnico Administrativo (desde 18 de julho)

Miguelina Pereira da Rocha

Chefe da Secretaria

Paulo Luiz da Silva

Auxiliar Operacional

Igor Gallisa Lima Rocha

Estagiário em Administração

Tiago Moreno Lima

Estagiário em Jornalismo (até 30 de junho)

Patrícia Camelo Granato

Técnico Administrativo

Amazonilde da Silva Almeida

Estagiária

Ricardo Rodrigues Cavalcante

Estagiário de Administração (até 14 de outubro)

Victor Mateus Gomes Dias Oliveira

Estagiário de Administração (a partir de 17 de novembro)

Gerência Jurídica

Priscila Ferraresi

Gerente Jurídica (desde 1º de abril)

Cincinato Teixeira de Siqueira Neto

Gerente Jurídico (de 2 de fevereiro a 31 de março)

Lígia Dutra Silva

Gerente Jurídica (até 1º de fevereiro)

Ariel Alexandre Villa Real Ferreira Ramos

Licenciado

César Pereira Freire

Analista Processual (desde 28 de outubro)

Cincinato Teixeira de Siqueira Neto

Analista Processual

Helen Pinheiro de Sousa Barcelos

Analista Processual (até 24 de agosto)

Lauro Antônio Cunha Barbosa

Analista Processual (até 24 de agosto)

Regina Sônia da Costa

Analista Processual (até 9 de agosto)

Renata Cavalcante Silveira

Analista Processual (desde 28 de outubro)

Thayná Martins Morais

Estagiária em Direito (a partir de 7 de junho)

Vittor Clemente Lara de Oliveira

Analista Processual (desde 19 de setembro)

Yvone Cristina Oliveira de Deus

Técnico Administrativo (desde 12 de julho)

- **Núcleo de Apoio ao Colegiado**

Lucimeire Carneiro Tavares

Chefe do Núcleo

Leila Aparecida da Fonseca Bueno

Técnico Administrativo

Mariana Mieko Mandai

Técnico Administrativo (desde 12 de julho)

Nilson Pereira Rocha Júnior

Técnico Administrativo

Bruna Pereira Batista de Souza

Estagiária em Administração (desde 15 de março)

Camila do Nascimento Koshino

Estagiária em Administração (desde 10 de maio)

- **Assessoramento aos Grupos de Trabalho**

Lívia Tércia de Barros

Assessora (desde 9 de março)

- **Nos Estados**

Daniela Massara R. de Oliveira

Analista Processual

Gerência Técnica

Mirtes Magalhães Duarte

Gerente Técnico

Alessandro Filgueiras da Silva

Biólogo – Gerente Técnico substituto

Allan dos Santos Brasil

Engenheiro Sanitarista (a partir de 12 de julho)

Ana Paula Gonçalves de Lima

Arqueóloga (a partir de 8 de agosto)

Amy Vasconcelos de Souza

Engenheira Sanitarista

Aurélio Rodrigues de Loiola Júnior

Arquiteto

Carlos Alberto de Sousa Correia

Biólogo

Clauber Moraes Pachêco

Biólogo

Cristina de Queiroz Telles Maffra

Geóloga

Dalma Maria Caixeta

Engenheira Sanitarista

Denise Christina de Rezende Nicolaidis

Engenheira Florestal

Enéas da Silva Oliveira

Engenheiro Florestal (Remoção para PR/RJ a partir de 15 de julho)

Giancarlo Brugnara Chelotti

Engenheiro Florestal (a partir de 12 de julho)

Iraíldes Modesto da Conceição

Bióloga (até 24 de março)

Isabel Cavalcante Waga

Bióloga (Remoção para PR/PE desde 17 de junho)

Joanildo Santiago de Souza

Engenheiro Florestal

José Dias Pereira

Biólogo (até 16 de fevereiro)

Juliana Sarkis Costa

Engenheira Agrônoma

Kênia Gonçalves Itacaramby

Antropóloga (Licenciada a partir de 12/04/10)

Luciana Adele Maria Bucci

Bibliotecária

Luciana Sampaio

Arquiteta

Ludimila Lamounier

Arquiteta

Marco Antonio Bichara

Engenheiro Civil

Márcio Carvalho Oliveira

Arquiteto

Marina Lima Queiroz

Geóloga (a partir de 12 de julho)

Murilo Lustosa Lopes

Engenheiro Sanitarista

Romina Faur Capparelli

Arquiteta

Ruth Rodrigues Tabaczinski

Engenheira Sanitarista

Sandra Nami Amenomori

Arqueóloga

Sheila Telles Meyer

Engenheira Sanitarista (Remoção para PR/RJ a partir de 15 de julho)

Thiago Guimarães Mundim

Engenheiro Florestal (Licenciado a partir de 14 de setembro)

Valdir Carlos da Silva Filho

Geógrafo

Vinícius Melo Duarte

Engenheiro Químico

- **Apoio**

Patrícia Liz M. Menezes De La Rocque Almeida

Técnico Administrativo

- **Nos Estados**

Adriana Oliva

Engenheira Florestal - PR/SP

Aloysio Ferraz de Abreu

Engenheiro Sanitarista - PR/PE

Benedito Evilázio Lima da Silva

Engenheiro Sanitarista - PR/PA

Bequi Barros Behar Luizelli

Engenheira Sanitarista - PR/RS

Cláudia Márcia Freire Lage
Arquiteta – Assessora - PR/MG

Daniela Mara Hoffmann
Engenheira Sanitarista - PR/SC

Dario Vailati
Geólogo – Assessor - PRM/Criciúma

Eli Aparecido Leite
Engenheiro Sanitarista - PR/SP

Enéas da Silva Oliveira
Engenheiro Florestal – PR/RJ

Evandro Cesar Bergel
Biólogo - PR/RS

Fábio de Miranda Oliveira
Biólogo - PR/BA

Fábio Murilo Meira Santos
Geólogo - PR/PE

Gizela Barbosa do Nascimento
Arquiteta - PR/MG

Igor Soares Pinheiro
Engenheiro Sanitarista - PR/MG

Isabel Cavalcante Waga
Bióloga - PR/PE

Ítalo Lopes Borges
Biólogo - PR/SC

Márcia Pereira Franco
Arquiteta – PR/RS

Paulo Henrique Xavier Ramos
Engenheiro Florestal – PR/PA

Raiana Quirino de Souza Ziech
Engenheiro Florestal – PR/MT

Rafael Gomes Gerude
Biólogo – PR/MA

Sandra Dias Costa
Bióloga - PR/SP

Sheila Telles Meyer
Engenheira Sanitarista – PR/RJ

Sidnei Luís da Cruz Zomer
Geólogo – PRM/Criciúma

Atividades no Exercício da Função de Revisão

Documentos Recebidos

Em 2011, o Colegiado da 4ª CCR recebeu 2786 (dois mil, setecentos e oitenta e seis) Peças Informativas (PIs), Procedimentos Administrativos (PAs) e Inquéritos Cíveis (ICs) para revisão. Desses 77,2% (2150) referem-se a promoções de arquivamento, das quais 89% relacionadas a meio ambiente e 11% a patrimônio cultural.

Tabela 1
Documentos recebidos por tipo

Tipos	Meio Ambiente	Patrimônio Cultural	Total
Conflito de Atribuição	7	-	7
Consulta	6	1	7
Declínio de Atribuição	582	22	604
Promoção de Arquivamento	1912	238	2150
TAC	1	1	1
Recurso de Decisão	16	-	16
Total	2524	262	2786

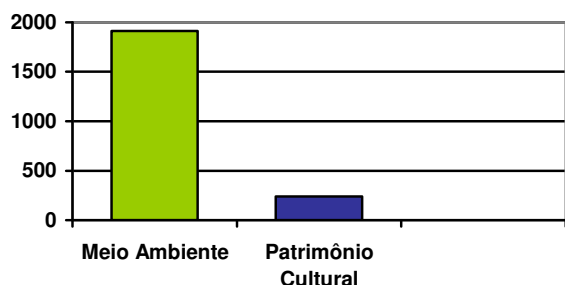


Gráfico 1 - Promoção de arquivamento por matéria.

Com relação aos Declínios de Atribuição, 96,4% foram relacionados a meio ambiente e 3,6% relacionados a patrimônio cultural.

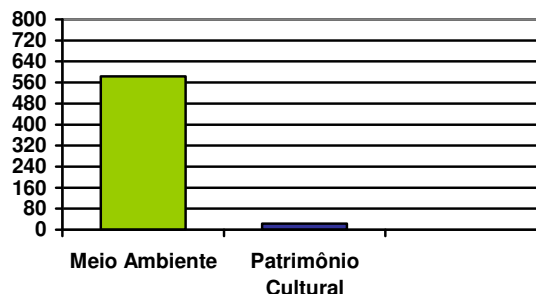


Gráfico 2 – Declínios de atribuição por matéria

Os demais expedientes recebidos: TAC, Conflito de Atribuição, Consulta e Recurso do colegiado foram, na maioria (94%), relacionados a meio ambiente.

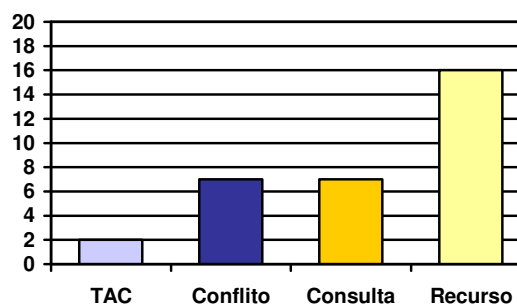


Gráfico 3 – Comparativo dos demais tipos de expedientes recebidos

Em relação ao ano anterior (2010), no qual a 4ª CCR recebeu 2629 (dois mil, seiscentos e vinte e nove) PIs, PAs e ICs para revisão, ocorreu um aumento aproximado de 6% na entrada de documentos.

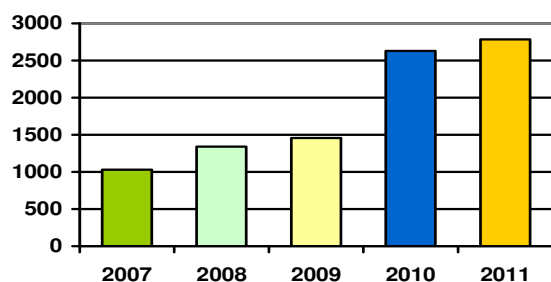


Gráfico 4 – Comparativo de PIs, PAs e ICPs recebidos de 2007 a 2011

O número de procedimentos que aguardam julgamento da 4ª CCR é expressivamente baixo, correspondendo, aproximadamente, a 550 (quinhentos e cinquenta) processos, entre PAs e ICs. No início do ano de 2011 o passivo correspondia, aproximadamente, a 1950 (um mil, novecentos e cinquenta), o equivalente a 3,5 vezes ao número atual.

Documentos Deliberados

Em 2011, a 4ª Câmara realizou 36 reuniões ordinárias e três reuniões de Coordenação. O número de deliberações superou em mais de 74% o quantitativo de processos julgados no ano de 2010. Destaca-se, também, que em 5 anos as deliberações do Colegiado aumentaram mais de 746%.

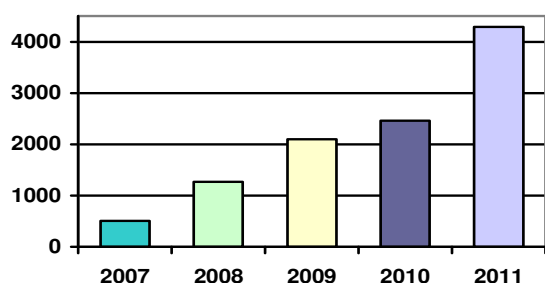


Gráfico 5 – Comparativo das deliberações de 2007 a 2011

Em 2011, o Colegiado da 4ª CCR deliberou em 4291 (quatro mil, duzentos e noventa e um) PAs e ICs, o que representa uma média de cerca de 120 deliberações por Reunião. As deliberações relacionadas a meio ambiente correspondem a 90,28% (3874) e 9,72% (417) são relacionadas a patrimônio cultural. Verifica-se aumento na matéria de patrimônio cultural de 2% em relação a 2010, conseqüentemente com queda do mesmo índice para a matéria de meio ambiente.

Tabela 2
Deliberações por tipo de documento

Tipos	Meio Ambiente	Patrimônio Cultural	Total
Conflito de Atribuição	4	-	4
Consulta	10	1	11
Declínio de Atribuição	554	17	571
Procedimento Administrativo	2	-	2
Promoção de Arquivamento	3287	399	3686
Recurso de Decisão	14	-	14
TAC	3	-	3
Total	3874	417	4291

A Região Sudeste foi a que mais encaminhou documentos para apreciação da 4ª CCR, com 40,7% (1745) do total, seguida pela Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste, respectivamente.

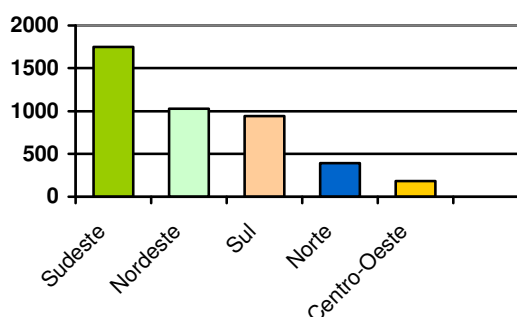


Gráfico 6 - Comparativo das deliberações por região de origem

Com a implantação da tabela taxonômica, foi possível uma melhor adequação dos temas, permitindo uma visão global da área de atuação da Câmara, sendo um importante instrumento de planejamento e estabelecimento de diretrizes de coordenação no âmbito da Instituição.

Nesse sentido, o tema mais recorrente foi Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, com aproximadamente 35% dos documentos analisados pelo Colegiado em 2011, seguido bem abaixo por Licenciamento Ambiental, com diferença de mais de mil deliberações, correspondendo a 10,25% do total (Anexo II).

O tema Espaços Territoriais Especialmente Protegidos abrange quatro subtemas: Área de Preservação Permanente, Reserva Legal, Terras Indígenas e Territórios Regionais e Unidades de Conservação, temas de relevância para a atuação da Câmara, o que motivou a criação de 2 Grupos de Trabalho (GT) para definirem estratégias de atuação da Câmara nessas matérias. São eles: Área de Preservação Permanente e Regularização Fundiária de Unidades de Conservação.

Destacamos, também, que a ocorrência dos temas Poluição e Mineração foram bastante próximos entre si, assim como ao tema de Licenciamento Ambiental, representando, respectivamente, 8,90% e 8,06%. Esses três temas e Espaços Territoriais Especialmente Protegidos são bastante relevantes pela sua representatividade na realidade nacional.

Comparativamente ao ano anterior, o tema Licenciamento Ambiental, que era o quarto em

ocorrência passou a ser o segundo. Tal crescimento pode ter sido ocasionado pelo trabalho constante desta Câmara na capacitação dos novos membros, com apoio do GT Licenciamento de Grandes Empreendimentos.

Tabela 3
Deliberações em matéria de meio ambiente

Tema	Total
Espaços Territoriais Especialmente Protegidos	1498
Licenciamento Ambiental	440
Poluição	382
Mineração	346
Fauna	308
Flora	268
Saneamento	156
Ordenamento Territorial	126
Gestão Ambiental	115
Produtos Controlados	90
Recursos Hídricos	84
Biossegurança e Organismos Transgênicos	52
Patrimônio Genético	6
Outros	3
Total	3874

Tabela 4
Deliberações em matéria de patrimônio cultural

Tema	Total
Patrimônio Arquitetônico	246
Patrimônio Arqueológico	38
Patrimônio Ferroviário	38
Patrimônio Natural	33
Patrimônio Móvel	29
Gestão e Fomento	24
Patrimônio Imaterial	9
Total	417

No que diz respeito a Patrimônio Cultural os procedimentos sobre o tema Patrimônio Arquitetônico foram os mais analisados pelo Colegiado, representando 5,7% do total de documentos analisados, sendo a sua maioria no Estado do Rio de Janeiro, seguido por Minas Gerais (Anexo II). O relevante patrimônio tombado existente naqueles Estados ensejou a atuação do MPF na proteção e salvaguarda desses bens.

A matéria Patrimônio Ferroviário foi inserida na tabela taxonômica no ano de 2011, sendo que engloba todo acervo referente aos bens móveis, imóveis e documental da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

Promoções de Arquivamento

Durante o exercício de 2011, a Câmara apreciou 3686 Promoções de Arquivamento. Dessas, 89,2% (3287) se referem a meio ambiente e 10,8% (399) a patrimônio Cultural (Gráfico 7).

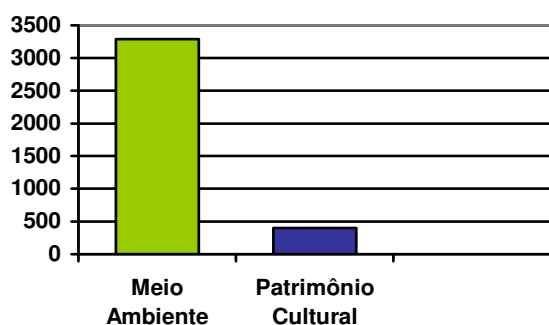


Gráfico 7 - Promoções de arquivamento por matéria

Das 3686 Promoções de Arquivamento apreciadas, 3346 (três mil, trezentos e quarenta e seis) foram homologadas pelo Colegiado, o que representa 90,8%. Por outro lado, 6,6% não foram homologadas, tendo sido determinado o retorno dos autos à origem para prosseguimento do feito. As demais, foram encaminhadas para outras Câmaras de Coordenação e Revisão, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, convertidas em diligências ou outros encaminhamentos, conforme apresentado na tabela 5.

Tabela 5
Deliberações em promoções de arquivamento

Deliberações	Total
Homologar o arquivamento	3346
Não homologar o arquivamento	244
Encaminhar para CCR ou PFDC	67
Converter em Diligência para a Gerência Técnica	21
Outros encaminhamentos	8
Total	3686

Declínios de atribuição

Os Declínios de Atribuição com decisão do Colegiado perfazem um total de 571 (quinhentos e setenta e um). Desses, 97% se referem a meio ambiente e 3% a patrimônio cultural. Esse tipo de documento é a segunda maior demanda da Câmara no seu papel revisional, representando 13,3% dos procedimentos deliberados.

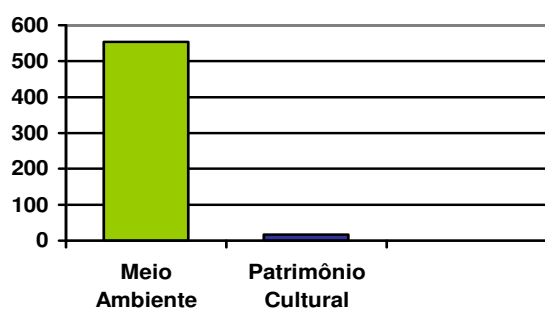


Gráfico 8 - Declínio de atribuição por matéria

Dos 571 Declínios de Atribuição apreciados, 496 foram homologados pelo Colegiado, o que representa 86,9% do total.

Por entender tratar-se de competência federal para atuação, 8,4% (48) dos Declínios de Atribuição apreciadas não foram homologados, e foi determinado o retorno dos autos à origem para prosseguimento do feito.

Foram homologados para arquivamento 10 (dez) procedimentos, pela inviabilidade de homologação de declínio de atribuição *a posteriori*, conforme estabelece o Enunciado nº 4 da 4ª CCR, que determina que as decisões de arquivamento dos Procedimentos Administrativos ou Inquéritos Civis Públicos, que tratam de meio ambiente e patrimônio cultural, fundamentadas no declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, devem ser submetidas à homologação da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, nos autos originais, para exercício do poder revisional.

Os demais foram remetidos para outras Câmaras ou PFDC, ou tiveram outros encaminhamentos (Tabela 6).

Tabela 6
Deliberações em Declínio de Atribuição

Deliberações	Total
Homologar o Declínio	496
Não homologar o Declínio	48
Homologar o arquivamento	10
Encaminhar para CCR ou PFDC	13
Outros encaminhamentos	4
Total	578

Conflito de Atribuição

Foram submetidos ao Colegiado 4 conflitos de atribuição entre os membros do MPF, todos relacionados a meio ambiente, e sendo todos homologados em fixar a atribuição.

Outros

Consultas

Foram apreciadas pelo Colegiado e respondidas 11 (onze) consultas, quatro das quais de anos anteriores.

Recursos de Decisão

A Câmara apreciou 14 recursos de suas decisões em 2011. Em 11 (onze) casos deliberou pela manutenção de sua decisão, e pela remessa dos autos ao Conselho Institucional do MPF (CIMPF), para apreciação do recurso. Tendo o restante (3) homologado o arquivamento.

Termos de Ajustamento de Conduta

Em 2011, a Câmara analisou 3 (três) solicitações de homologação de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), tendo sido homologado pelo Colegiado apenas um.

Base de Dados de Manifestação de Inteiro Teor da 4ª CCR

Objetiva o acesso em âmbito nacional a informações sobre assuntos relacionados às atividades da 4ª Câmara, sendo um instrumento de democratização de informações que, além de viabilizar o atendimento de demanda por dados, constitui uma ferramenta eficaz de preservação do material produzido, isto é, um suporte da memória e da história do órgão e do País.

Para cumprir tal finalidade, o BDIT necessita ser permanentemente atualizado, contudo verifica-se que não tem havido regularidade na sua alimentação pelos Estados e Municípios.

A Câmara recebeu e cadastrou, no ano de 2011, 146 (cento e quarenta e cinco) Ações Civis Públicas (ACP), sendo 67,1% referentes à Área de Preservação Permanente (APP).

Prevalecendo o mesmo tema para Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) recebidos e cadastrados, totalizando 12 (onze) ocorrências do total encaminhados na íntegra e cadastrados (40).

O acesso à base de dados dá-se pelo seguinte

link:

<http://ccr4.pgr.mpf.gov.br/atuacao-do-mpf/base-de-dados>

Outras Deliberações

Na forma do disposto na Portaria PGR/MPU n.º 290, de 12/06/07, a Câmara deliberou indicar, em suas reuniões, 8 Analistas/Peritos para executarem regularmente perícias de campo e análises de documentos, fora do ambiente de trabalho.

Foram deliberadas matérias referentes à atuação dos Grupos de Trabalho (GTs) da 4ª Câmara; à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20; exames ao plano de atividades 2012, que após consulta aos GTs da 4ª Câmara, foram propostas Oficinas de Trabalho sobre os temas: “Elaboração de diretrizes para atuação do MPF na valoração de danos ambientais e ao patrimônio cultural” e “PRAIA LIMPA: debates para a construção de diretrizes de atuação”.

Atividades Desenvolvidas pela Gerência Técnica

A Gerência Técnica da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, por meio de seu quadro de analistas/peritos e assessores, presta assessoria aos Subprocuradores-Gerais da República integrantes da Câmara e aos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, nas áreas de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.

São as seguintes as atividades periciais desenvolvidas pelo corpo técnico:

- Realização de vistorias;
- Análise de estudos técnicos ambientais e de patrimônio cultural (ex: EIA/RIMA, PBA, PRAD, PCA, EIV/RIV) no âmbito de Procedimentos Administrativos, Inquéritos Cíveis Públicos, Ações Cíveis Públicas e Termos de Ajustamento de Conduta;
- Análise de procedimentos administrativos com promoção de arquivamento convertida em diligência;
- Análise de propostas de resolução do Conama, projetos de leis e outras normas;
- Elaboração de estudos técnicos sobre assuntos específicos;
- Elaboração de quesitos para produção de provas em ACP;
- Participação em perícias judiciais como assistentes técnicos;
- Participação em audiências públicas e judiciais;

- Participação em reuniões técnicas com órgãos e entidades ambientais e culturais;
- Participação, como apoio técnico, nos Grupos de Trabalho da 4ª CCR;
- Participação como palestrante ou apoio técnico em eventos organizados pela 4ª CCR ou por ela apoiados;
- Elaboração de subsídios técnicos para pronunciamento dos Membros em eventos externos;

Além dessas, os analistas/peritos e assessores também desenvolvem outras atividades, tais como:

- Apoio à elaboração da página eletrônica e outras atividades internas da 4ª CCR;
- Consolidação dos Relatórios Mensais e do Relatório Anual de Atividades;
- Participação em atividades de capacitação/reciclagem (cursos, congressos e seminários etc.);
- Treinamento de novos analistas/peritos contratados;

Objetivando aprimorar e agilizar os trabalhos desenvolvidos pela Gerência Técnica, bem como atender de forma estrutural às demandas das Procuradorias nos estados e municípios, foram instituídos pela Portaria da 4ª CCR Nº 02, de 31 de março de 2011, os Núcleos Temáticos, composto pelos peritos lotados na 4ª CCR, de acordo com as áreas de formação dos analistas, a saber:

- Núcleo de Biologia
- Núcleo de Engenharia Sanitarista, Civil e Química
- Núcleo de Engenharia Florestal e Agronomia
- Núcleo de Geologia e Geografia
- Núcleo de Patrimônio Cultural

Para cada núcleo foi designado um coordenador com as seguintes atribuições:

- a) Distribuir, de forma planejada, os trabalhos entre os Analistas/Peritos, observando a ordem de prioridade de atendimento acordada com a (o) Gerente Técnica (o) e conforme o disposto na Portaria nº 03/2010;
- b) Estabelecer, em conjunto com os Analistas/Peritos encarregados da análise, o prazo para realização do atendimento;
- c) Revisar os documentos técnicos produzidos pelos Analistas/Peritos do Núcleo antes da entrega à Gerência Técnica para envio ao Coordenador;
- d) Promover reuniões com os Analistas/Peritos com vistas ao melhor andamento dos trabalhos;
- e) Verificar, junto aos Analistas/Peritos, a necessidade de treinamento, capacitação e equipamentos, informando à Gerência Técnica.

Destaca-se a consolidação da “Ficha de Solicitação de Trabalhos Técnico Pericias”, na qual os membros solicitantes explicitam os objetivos da análise e esclarecem outros aspectos.

No seu conjunto, as medidas adotadas permitiram que, no ano de 2011, as demandas que chegaram à Câmara fossem atendidas com prazos significativamente reduzidos.

Desde modo, em 2011, foram elaboradas 370 Informações Técnicas (ITs) sendo 280 Pareceres Técnicos (PTs), sendo 7 (sete) em conjunto com outras Procuradorias no Estados, 68 Laudos Técnicos (LTs); e 22 Relatórios Técnicos (RTs). Nenhuma informação na categoria Nota Técnica foi solicitada.

As Tabelas 8 e 9 apresentam o detalhamento dos Pareceres, inclusive os elaborados em conjunto com outras PRs, e Laudos Técnicos, que constituem os documentos que melhor indicam a atuação da área técnica da 4ª CCR, classificados por temas e em conformidade com o vocabulário controlado.

O assunto com maior demanda para análise na área de meio ambiente foi o de Licenciamento ambiental, seguido de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos (ETEP), como demonstrado na Tabela 8. Para a área de patrimônio cultural destacou-se o de patrimônio arquitetônico, seguido de patrimônio arqueológico.

Ressalta-se a relevante contribuição do corpo de peritos, prestando assessoramento aos membros nos trabalhos relacionados ao PL nº 1.876-C de 1999, que trata de propostas de modificações no Código Florestal. As contribuições foram exaradas nos PT 087 e PT 138.

Salientamos, que no ano de 2011 ocorreram 4 (quatro) PTs e 3 (três) LTs classificados em Outros, por não se adequarem nem em meio ambiente nem em patrimônio cultural.

O Gráfico 12 apresenta o total de Laudos e Pareceres Técnicos elaborados conforme a região de origem da demanda, sendo a Sudeste que mais requereu análise técnica com 27,4%.

Tabela 7

Laudos Técnicos (LT) e Pareceres Técnicos (PT) elaborados em matéria de meio ambiente

Tema	LT	PT	Total
Biossegurança e Org. Transgênicos	4	2	6
ETEP	13	57	70
Fauna	2	5	7
Flora	2	5	7
Gestão Ambiental	2	2	4
Licenciamento Ambiental	23	62	85
Mineração	4	19	23
Ordenamento Territorial	3	8	11
Poluição	5	24	29
Produtos Controlados	-	7	7
Recursos Hídricos	1	5	6
Saneamento	3	9	12
Zona Costeira	-	1	1
Total	62	206	268

Tabela 8

Laudos Técnicos (LT) e Pareceres Técnicos (PT) elaborados em matéria de meio ambiente e patrimônio cultural

Tema	LT	PT	Total
Patrimônio Arqueológico	2	25	27
Patrimônio Arquitetônico	-	33	33
Patrimônio Móvel	-	1	1
Patrimônio Natural	-	4	4
Patrimônio Ferroviário	1	7	8
Total	3	70	73

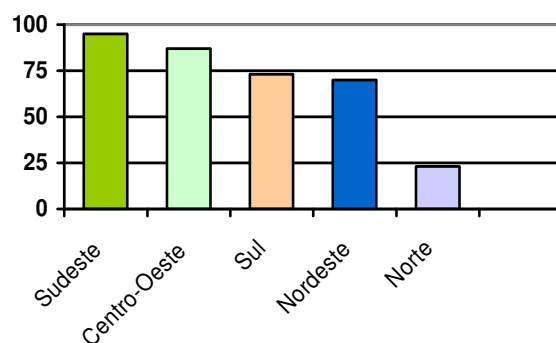


Gráfico 12 - Laudos Técnicos (LT) e Pareceres Técnicos (PT) por região

A Gerência Técnica passou a contar em seus quadros no corrente exercício com quatro novos analistas periciais: uma arqueóloga, um engenheiro florestal, um engenheiro sanitarista e uma geóloga. Por outro lado, ocorreu a remoção de um engenheiro florestal e uma engenheira sanitarista para a Procuradoria da República no Rio de Janeiro.

Os analistas peritos realizaram atividades externas, como vistorias, reuniões, que resultaram em 92 viagens. Também participaram de 55 eventos externos, como cursos, congressos, seminários, objetivando o aperfeiçoamento profissional.

Destaca-se nas ações de treinamento, o empenho de analistas peritos mais experientes, na execução de curso sobre EIA/Rima, designado aos novos analistas peritos contratados da 4ª Câmara e também da PR/PA.

Ainda, registra-se a realização do curso sobre Recuperação de Áreas Degradadas, proposto pela 4ª Câmara e oferecido a um grupo de 10 (dez) analistas peritos com perfil de atuação no tema. Esse curso foi ministrado por especialista contratado pela PGR.

O Projeto do Laboratório de Geoprocessamento da 4ª Câmara consistiu no treinamento de analistas peritos, substituição de computadores convencionais por equipamentos de alto desempenho e aquisição de softwares, executado com recursos do Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça. O Projeto, concluído em setembro de 2010, está em funcionamento. Durante o ano de 2011, apesar de não terem sido executados novos treinamentos ou atualização de equipamentos e softwares, incentivou-se e fez-se o uso dessa tecnologia na execução da atividade pericial.

Durante o ano de 2011, exceto pela manutenção do emprego do geoprocessamento e do sensoriamento remoto em análise espaciais para subsidiar pareceres e laudos à 4ª Câmara, não foram realizadas atividades sistemáticas do projeto. Ainda assim, foram realizadas as seguintes atividades correlacionadas ao projeto original:

i) participação na II Reunião da Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental, sob o tema "Monitoramento do desmatamento e queimadas na Amazônia e Pantanal - geoprocessamento e Ministério Público, no período de 27 a 29 de abril de 2011, na cidade de São Paulo;

ii) capacitação de dois analistas peritos por meio do curso de "Introdução ao Sensoriamento Remoto", com 90 horas, ministrado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), na modalidade de educação a distância; e

iii) capacitação de um analista no curso de Introdução ao ArcGis (software de geoprocessamento), com 40 horas, na modalidade presencial, realizado pela Academia GIS Imagem, em Brasília, representante autorizada da empresa ESRI no Brasil.

Ações Previstas para o Próximo Exercício

- Capacitação de servidores, por intermédio da realização de cursos específicos, objetivando o aperfeiçoamento do corpo de analistas peritos e melhor atendimento das demandas de análises recebidas.
- Implantação do software Sistema de Requisição de Perícias, que dará agilidade ao andamento das análises periciais e transparência quanto aos prazos de atendimento.
- Adoção do sistema de assinatura eletrônica.
- Realização de oficina sobre valoração de danos ambientais e patrimoniais.
- Realização de oficina "Praia Limpa: debates para a construção de diretrizes de atuação".
- Realização do Encontro Nacional de Analistas Peritos do MPF.

Atividades Desenvolvidas pela Gerência Jurídica

A Gerência Jurídica da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, no exercício de 2011, prestou atendimentos aos Subprocuradores-Gerais da República integrantes da Câmara e aos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, destacando-se, entre suas atividades:

- Análise e elaboração de Notas Jurídicas referentes a Peças Informativas, Procedimentos Preparatórios, Procedimentos Administrativos, Inquéritos Cíveis Públicos, Ações Cíveis Públicas, projetos de lei, processos de licenciamento ambiental, e demais estudos ambientais e de patrimônio cultural;
- Elaboração de estudos jurídicos sobre assuntos específicos para subsidiar a atuação do MPF;
- Elaboração de pareceres jurídicos e despachos para subsidiar atuação dos membros da 4ª Câmara no papel de revisão, havendo casos que pelo caráter específico possuem estrutura e conteúdo de Informação Jurídica;
- Elaboração de minutas de Enunciados da 4ª CCR;
- Elaboração de minutas de convênios com outras instituições;
- Elaboração de quesitos para ações de produção de provas;
- Coordenar as atividades relacionadas a conteúdo, estruturação e de programação dos Encontros Nacionais e Temáticos, bem como das reuniões de Grupos de Trabalho e demais realizadas pela Câmara;
- Prestar assessoria jurídica a realização das Audiências Públicas organizadas pela 4ª CCR;
- Instauração e acompanhamento de Procedimentos Administrativos no âmbito da 4ª CCR;
- Participação nos Grupos de Trabalhos internos da 4ª CCR, buscando a padronização de rotinas e o estabelecimento de diretrizes e normas;
- Respostas a consultas, elaboradas por Procuradores em procedimentos administrativos;
- Participação em Cursos, Seminários, Palestras;
- Prestar atendimento e esclarecimento ao Público e demais unidades do MPF em matéria inerente à sua finalidade.

No ano de 2011 destacamos dois Despachos elaborados visando subsidiar a atuação dos membros no papel de revisão:

. Despacho Gejur 31/2011 - 4ª CCR, que trata-se de solicitação encaminhada pela Organização Terra de Direitos a respeito de informações sobre marco regulatório sobre manejo florestal comunitário em unidades de conservação de uso sustentável (Resex, Redes e Flona). O expediente foi encaminhado ao GT

APP, para análise do caso e indicação de providências.

. Despacho Gejur 29/2011 - 4ª CCR, referente à cópia de representação protocolizada pela Associação Montanha Viva, nos autos do ICP nº 1.33.000.000502/2011-03, bem como cópia de Nota Técnica nº 01/2011 – Nufau/Ibama/SC, encaminhadas pela PR/SC, na qual sugeriu-se pela elaboração de parecer técnico, encaminhado à Coordenadora do GT Fauna, visando instruir recomendação ao Órgão Ambiental sobre a flexibilização de normativas atinentes à flora nativa e o conseqüente risco a ela causado.

No exercício de 2011, com base em solicitações dos Membros desta Câmara bem como dos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, e Órgãos Governamentais correlatos, a Gerência Jurídica colaborou na elaboração da Recomendação Originada da PRM/Rio Grande que Recomenda ao MMA, Ministério da Pesca e Aquicultura e Advocacia-Geral da União que mantenham em vigor a íntegra da INI MPA/MMA nº 07, de 13 de maio de 2011, abstendo-se de, por qualquer razão, elastecer o limite, originalmente previsto na IN IBAMA nº 171/98, de 60 embarcações traineiras permissivas para a captura de tainha, ressalvada a necessidade de redução desse número caso a realidade ambiental assim exigir.

Na atribuição de assessorar a atuação dos membros do MPF sobre temas específicos na área

de meio ambiente e patrimônio cultural, no ano de 2011, duas reuniões foram destaques pelo relevante interesse nacional:

- . Videoconferência objetivando estabelecer uma ação conjunta entre o MPF e os órgãos de fiscalização ambiental do Estado do Rio Grande do Norte, para que a atividade de carcinicultura seja ambientalmente regularizada, tendo em vista a interferência direta da atividade em áreas de preservação permanente;
- . Com os povos indígenas Apinajé, Tapuia, Krahô, Krahô-Kanela e Xerente, na qual relataram os problemas e dificuldades relacionados às suas terras, sendo deliberado que a 4ª Câmara deverá consultar e articular junto à PR/TO a possibilidade de firmamento de TACs objetivando equacionar tais questões.

Contribuindo para o esclarecimento e aprimoramento de temas específicos, no exercício de 2011, foram elaboradas 2 (duas) Informações Técnicas, sendo especificamente um Relatório Técnico sobre a participação no Simpósio Internacional rumo a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, Rio 2012, e Oficina de Trabalho MPF Rio + 20, realizado pela ESMPU, em São Paulo, assim como uma Nota Técnica acerca do substitutivo ao Projeto de Lei (PL) n.º 1.876-C de 1999, que altera o Código Florestal, Lei n.º 4.771/65, aprovado na Câmara dos Deputados, e da Emenda de Plenário nº 164, que substitui o artigo 8º do Substitutivo aprovado.

No ano de 2011 destacamos os seguintes PAs que foram instaurados e acompanhados:

- . Participação de membros do MPF em Órgãos e Conselhos relativos ao meio ambiente e patrimônio cultural;
- Acompanhamento de recursos junto aos Tribunais Superiores (Coordenação de Instâncias);
- Realização de estudos das condições das praias, com foco na poluição e nos emissários submarinos (PRAIA LIMPA).

Objetivando subsidiar a atuação dos Membros Titulares nas reuniões do colegiado foram elaborados 4291 (quatro mil, duzentos e noventa e um) pareceres em Procedimentos Administrativos, Inquéritos Cíveis Públicos e Termos de Ajustamento de Conduta. Ressaltamos que, XX pelo caráter informacional foram elaboradas com estrutura e conteúdo de Informação Jurídica.

Na estrutura da Gerência Jurídica está vinculada as funções de assessoramento aos Grupos de Trabalho da 4ª CCR e do Núcleo de Apoio ao Colegiado.

Os Grupos de Trabalho na 4ª Câmara foram instituídos por meio da Portaria 4ª CCR nº 02, de 21 de novembro de 2005, com vistas a: a) proporcionar discussões sobre temas de interesse nacional, que direcionem os processos de tomada de decisão no âmbito das ações do MPF, na área de meio ambiente e do patrimônio cultural; b) fim de definir estratégias de atuação e de parcerias para a

geração de procedimentos uniformes e coerentes entre si, considerado o papel de intervenção estratégica que o MPF vem realizando em benefício da sociedade; e, c) oferecer contribuições e subsídios técnicos, que fundamentem as ações dos Procuradores da República, para assegurar a conservação e proteção dos recursos ambientais e do patrimônio cultural brasileiro.

A Portaria 4ª CCR nº 003, de 12 de maio de 2009, que estabelece critérios para uniformização da atuação dos Grupos de Trabalho garante, em seu art. 6º, que a 4ª CCR assegurará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento dos GTs. Cada um dos GTs é assessorado por um Analista Pericial/Assessor lotado na 4ª CCR ou nos estados, denominado Apoio Técnico.

Assim, a função de assessoramento aos Grupos de Trabalho da 4ª CCR incumbe executar as seguintes tarefas:

- Realizar uma interface entre os procuradores membros participantes dos GTs e a 4ª CCR;
- Prestar apoio administrativo e técnico, sob orientação dos apoios técnicos de cada GT;
- Elaborar relatórios, pareceres e informações jurídicas conforme demandas dos GTs;
- Elaborar pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais;
- Prestar apoio administrativo nas audiências públicas e em eventos que os GTs tenham participação, realizados ou não pelo MPF,

além das reuniões no âmbito interno dos GTs;

- Gerir os Procedimentos Administrativos de acompanhamento das atividades dos GTs;
- Manter atualizados os dados referentes ao GTs na página eletrônica da 4ª CCR.

Ao Núcleo de Apoio ao Colegiado incumbe executar as seguintes tarefas:

- Receber, registrar e distribuir, de forma automática, aleatória e equitativa aos membros do Colegiado, os procedimentos e inquéritos civis públicos submetidos à análise revisional da 4ª Câmara, observando as normas e critérios de prioridade de análise definidos pela Coordenação;
- Remeter as minutas de pareceres para os respectivos relatores;
- Expedir e providenciar a publicação das atas das reuniões do Colegiado, dando cumprimento às deliberações no âmbito de cada procedimento;
- Divulgar os votos proferidos em cada procedimento ou inquérito civil na base de dados da 4ª Câmara;
- Zelar pela guarda e organização dos procedimentos e inquéritos civis públicos submetidos à análise revisional da Câmara;

- Inclusão, na Base de Dados de Inteiro Teor do MPF, os votos relatados por Membros do Colegiado;
- Organização da agenda, elaboração de pautas e atas de reuniões ordinárias do colegiado;
- Secretariar as reuniões do Colegiado.

Ações Previstas para o Próximo Exercício

- Capacitação de servidores, por intermédio da realização de cursos específicos, objetivando o aperfeiçoamento do corpo de analistas processuais e melhor atendimento das demandas de análises recebidas.

Atividades Desenvolvidas pela Gerência Administrativa

Dentre outras, destaca-se as seguintes atribuições da Gerência Administrativa:

- Planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas à administração;
- Coordenar as atividades administrativas relacionadas aos Encontros Nacionais e Temáticos e às reuniões de Grupos de Trabalho e outras realizadas pela Câmara;
- Zelar pela organização do arquivo de documentos da Câmara;
- Promover a comunicação externa da Câmara, divulgação de informações e atualização do *site*;
- Atender às demandas dos órgãos de administração da PGR quanto à adequação de rotinas, elaboração de proposta orçamentária, adoção de sistemas de registros, entre outros;
- Auxiliar a Coordenação da Câmara na elaboração e execução do seu Planejamento Estratégico;
- Coordenar o desenvolvimento e o aprimoramento de sistemas afetos à 4ª CCR;
- Gerir o conteúdo do *site* da 4ª CCR;
- Prestar atendimento e esclarecimento ao Público e demais unidades do MPF em matéria inerente à sua finalidade.
- Elaborar o relatório previsto na Resolução 87/2006;
- Receber, registrar, movimentar, controlar a distribuição interna e remessa externa de documentos e expedientes;
- Elaborar expedientes, ofícios, portarias e demais correspondências e atos necessários ao funcionamento da Câmara ou decorrente de suas atividades;
- Planejar e executar as atividades relacionadas ao apoio, deslocamento e hospedagem dos membros e servidores do MPF e dos colaboradores eventuais, sempre que estejam a serviço da 4ª CCR;
- Submeter à Coordenação da Câmara as solicitações de diárias e passagens;
- Instruir as solicitações de reembolso e ressarcimento;
- Planejar e executar os procedimentos de aquisição de bens e serviços de interesse da Câmara;
- Realizar atos de administração e gestão de bens e materiais.
- Providenciar a publicação de documentos (atas, portarias e outros) na imprensa oficial;

Registros Referentes à Resolução 87

Em cumprimento aos artigos 26 e 27 da Resolução CSMPF N.º 87/06, de 03 de agosto de 2006, a Gerência Administrativa produziu registros estatísticos referentes às medidas adotadas por

membros do MPF (instauração de Inquéritos Civis, assinatura de Ajustamentos de Condutas e expedição de Recomendações legais), em matérias relativas ao meio ambiente e patrimônio cultural, informadas à 4ª CCR.

Em 2011, a Câmara foi comunicada da instauração de 3014 Inquéritos Civis Públicos, 67 Extratos de assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e 123 Recomendações, dos quais providenciou-se a devida publicação, conforme dispõe o Art. 7º, IV, da Resolução CSMPF nº 20, de 06 de fevereiro de 1996.

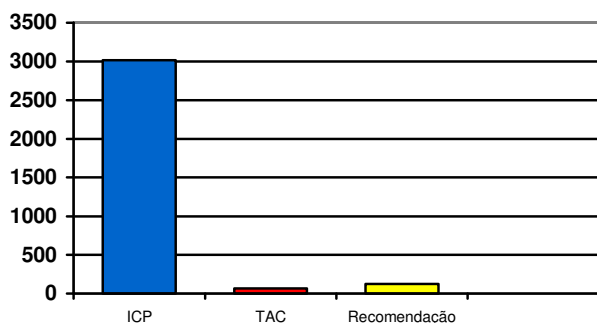


Gráfico 9 - Documentos recebidos por tipo

Os registros efetuados demonstram diminuição no volume de informações remetidas à Câmara no exercício de 2011, comparativamente ao exercício de 2010. Em 2010, verificou-se o ingresso médio mensal de 325 informações/mês; sendo que em 2011, a média foi de 267 informações/mês, isto é, um queda de aproximadamente 17,9% (Gráfico 10).

Tal diminuição foi significativa no número de Extratos de assinatura de TACs para publicação,

com uma queda de 58,9 % em relação ao ano anterior.

Salientamos que, o número de extratos de assinatura de TACs para publicação encaminhados são 59,7% superior ao número de TACs (40) encaminhados na íntegra para inclusão no Banco de Dados de Manifestação de Inteiro Teor (BDIT) da 4ª CCR, demonstrando a dificuldade na manutenção atualizada do Banco de Dados.

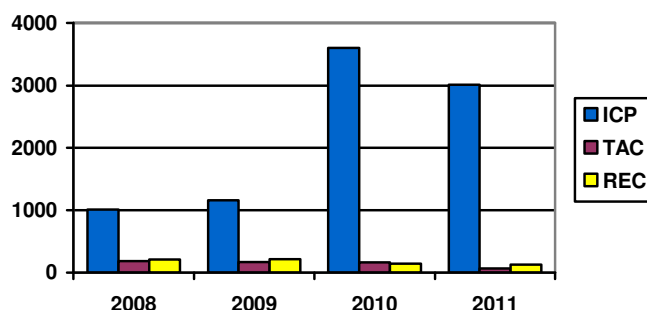


Gráfico 10 - Comparativo dos documentos recebidos

A maior parte dos registros procedem da Região Sudeste (34,83%), seguida pelas Sul (22,25%), Nordeste (20,98%), Norte (16,2%) e Centro-Oeste (5,74%), conforme mostra o Gráfico 11.

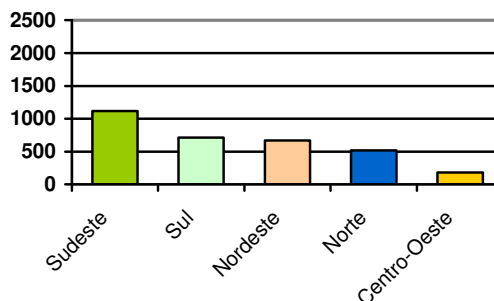


Gráfico 11 - Documentos recebidos por região

Tabela 9
Documentos recebidos por tipo e região

Região	ICP	TAC	Rec.	Total
Sudeste	1017	45	54	1116
Sul	665	15	33	713
Nordeste	657	3	12	672
Sudeste	507	1	11	519
Centro-Oeste	168	3	13	184
Total	3014	67	123	3204

Com relação ao ano de 2010, ocorreu uma inversão na classificação da Região Nordeste e Sul, ocasionada pela redução de 26,7% de comunicado de instauração de ICPs, TACs e Recomendações pela Região Nordeste.

Ações Propostas para o Próximo Exercício

Em 2012, A Gerência Administrativa da 4ª CCR propõe, dentre outros, desenvolver os seguintes projetos:

- Efetivar a disponibilização de rotinas por meio do *Wiki*, que é uma ferramenta de *web* voltada para a gestão da comunicação na 4ªCCR, com o objetivo de sistematizar e divulgar sua rotina de atividades, de forma a padronizar sua atuação e compartilhar o conhecimento acerca dos seus processos.
- Modernização do *site* da 4ª CCR, pela utilização de novas ferramentas e a criação de um novo *layout*.
- Produção e edição de boletim eletrônico informativo, com o objetivo de divulgar a atuação da Câmara.

- Desenvolvimento e implantação do Sistema de requisição de perícias.
- Implantação da assinatura eletrônica para os documentos oriundos da câmara.
- Implantação de um canal participativo e aberto a toda a população brasileira, como parte de seu planejamento estratégico de atuação protetora e de garantia da sustentabilidade do meio ambiente em todo o país.

Em todas as propostas, a Gerência Administrativa utilizará para seu desenvolvimento o conceito da Gerência de Projetos, tendo como referência o guia *PMBook* (2008).

Atividades no Exercício da Função de Coordenação

Eventos Promovidos

IX Encontro nacional sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

Com objetivo de promover a integração e o intercâmbio de experiências ligadas às questões ambientais e de patrimônio cultural, foi realizado nos dias 31 de agosto a 2 de setembro de 2011, em Belém, o IX Encontro Nacional sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.

O evento foi promovido em conjunto com a Procuradoria da República no Estado do Pará, e com apoio da Fundação Procurador Pedro Jorge e patrocínio da Associação Nacional dos Procuradores de República (ANPR).

Participaram do encontro Procuradores da República representantes da Câmara nos Estados e nas Regiões brasileiras, bem como Coordenadores e Membros dos Grupos de Trabalho da 4ª CCR, além de especialistas convidados para discorrerem sobre os assuntos abordados.

Teve como objetivo geral discutir e refletir sobre temas afetos ao novo Código Florestal, a expansão das fronteiras do agronegócio e os conflitos socioambientais, a atuação do MPF (MPF) na zona costeira e a recuperação do patrimônio edificado foram alguns dos temas debatidos.

Participaram do evento membros do MPF que atuam na defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural brasileiro. Para a abertura do

encontro também foram convidados juízes federais, integrantes do Ministério Público do Pará e representantes de instituições de pesquisa e do governo estadual.

O evento contou com palestras de especialistas como o Cientista Político José Augusto Pádua, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e mesas-redondas com técnicos e dirigentes do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro Renováveis (Ibama) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), além de membros do Ministério Público especializados nos temas debatidos.

Durante o encontro foi lançado o livro “Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do Patrimônio Cultural”, que apresenta reflexões inovadoras sobre a tutela dos nossos bens culturais. A obra foi organizada pela Subprocuradora-geral da República Sandra Cureau, pela Procuradora Regional da República Sandra Akemi Shimada Kishi, pela Procuradora da República em São Paulo Inês Virgínia Prado Soares e pela arquiteta e urbanista Cláudia Márcia Freire Lage, assessora pericial para a área do patrimônio cultural na PR/MG.

Figura 2:



Arte do IX Encontro Nacional

Naquela ocasião, foram aprovadas as seguintes moções encaminhadas ao CSMPF:

- **Realização de “mutirão” na Região Norte do País:**

Face à incongruência entre a grande demanda ambiental e insuficiência de Procuradores lotados nos estados dessa região, especialmente no Amazonas.

- **Aumento do número de vagas, nos estados, para atuação na Tutela Coletiva (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural).**

- **Distribuição de ofícios e atuação na área de meio ambiente e patrimônio cultural**

Pela revisão da Resolução do CSMPF nº 104, no que pertine a distribuição de ofícios e atuação na área de meio ambiente e patrimônio cultural.

- **Ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a MP 542, de 12 de agosto de 2011**

A Medida Provisória n. 542 dispõe sobre alterações nos limites do Parque Nacional da Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, do Parque Nacional da Mapinguari e dá outras providências.

Curso de Aperfeiçoamento “Política Nacional de Resíduos Sólidos”

Em parceria com a ESMPU, a 4ª Câmara realizou, entre os dias 05 e 07 de outubro, o Curso de Aperfeiçoamento “Política Nacional de Resíduos Sólidos”.

O curso objetivou contribuir para a efetiva implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, uma vez que, diante desse recente instrumento normativo, apresentam-se novos

vetores de atuação do MPF no campo de proteção ao meio ambiente e da verificação da regularidade das políticas públicas neste setor.

Mais do que alcançar o objetivo proposto, os debates promovidos proporcionaram uma compreensão socioambiental do tema, não obstante as possibilidades práticas de atuação na questão.

Audiências Públicas

Plano Decenal de Expansão de Energia

A 4ª e 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF promoveram uma audiência pública sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia (2011-2020). O evento foi realizado no dia 9 de agosto, na sede da PGR, das 13h30 às 18h30.

O objetivo da audiência foi proceder a uma avaliação crítica do Plano, além de possibilitar à sociedade civil e às comunidades envolvidas se manifestarem sobre o tema, tendo em vista que o Ministério de Minas e Energia, atendendo à recomendação conjunta da 4ª e 6ª Câmaras, prorrogou a consulta pública.

O Novo Código Florestal: inconstitucionalidade e impactos sobre a Rio +20 e a Política Nacional de Meio Ambiente

Com o objetivo de debater as inovações propostas no Novo Código Floresta (PL 30/2011), o Grupo de Trabalho Áreas de Preservação Permanente da 4ª Câmara, realizou no dia 21 de novembro, no Auditório JK da PGR, a audiência pública “O Novo Código Florestal: inconstitucionalidades e impactos sobre a Rio +20 e a Política Nacional de Meio Ambiente”.

A audiência possibilitou a análise da compatibilidade do referido projeto de lei, em tramitação no Senado Federal, com a Constituição da República, além da repercussão internacional das alterações sobre os compromissos assumidos pelo Brasil.

O MPF concluiu, por meio de um estudo aprofundado, que a proposta do novo Código Florestal possui violações à Constituição Federal, além de diversas omissões e deficiências. A análise da questão foi realizada pelo GT APP e explica que o PL 30/2011 poderá causar o “completo esvaziamento da proteção legal do meio ambiente”.

O estudo denominado “O Novo Código Florestal e a Atuação do MPF” destaca que o projeto de lei aprofunda distorções e mergulhará o país em grande insegurança jurídica, entendendo que, caso sejam aprovadas, as alterações darão origem a diversas ações diretas de inconstitucionalidade, ações civis públicas e levarão o Brasil a descumprir compromissos internacionais.

Além disso, segundo o estudo, o projeto comete falhas graves ao reduzir significativamente a quantidade de área ambientalmente protegida, o que afrontaria os dispositivos constitucionais de proteção ao meio ambiente e a função social da propriedade.

Grupos de Trabalho

Foram instituídos com o objetivo de discutir temas de interesse nacional, de modo a oferecer

subsídios técnico-jurídicos e sugerir planos, metas e estratégias para aprimorar a atuação dos membros do MPF em todo o país, garantindo mais uniformidade e coerência à atuação do *parquet* federal no trato de questões semelhantes.

Em 2009, a Portaria 4ª CCR nº 003 uniformizou a atuação dos Grupos de Trabalho, estabelecendo que sua composição seria de 3 (três) membros titulares, dos quais um como coordenador, e 2 (dois) membros suplentes. A portaria estabeleceu, também, que os GTs seriam assessorados por um Analista Pericial vinculado à 4ª CCR.

Em 2011, foi instituído o GT - Fauna, pela Portaria 4ª CCR nº 03, de 13 de abril de 2011.

Em novembro o GT Águas promoveu um Workshop, que teve por objetivo redefinir a agenda e as atividades para 2012. O evento teve a participação de especialistas e membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Por ocasião da reunião de Coordenadores ocorrido em Belém, ficou determinado que os GTs devem acrescentar como um dos seus papéis primordiais “trabalhar preventivamente na edição de atos normativos que regulem matéria ambiental e de patrimônio cultural, nos órgãos do Poder Executivo”. Também, estabeleceu-se os principais focos de atuação de cada Grupo de Trabalho da 4ª CCR, a saber:

- O GT Amazônia Legal está focado na necessidade da implementação, em especial nos Estados do Pará, Rondônia e Maranhão, do TAC JBS

na Amazônia, no qual a empresa se compromete a deixar de comprar carne oriunda de áreas embargadas por órgãos de fiscalização ambiental, desde que o referido embargo conste em lista oficial do órgão ambiental que seja disponível e acessível a todos na Internet. Além disso, a JBS também se compromete a não manejar para fins comerciais carne de área que tenha sofrido autuação por órgão ambiental, desde que a autuação lhe seja comunicada, ou cujo desmatamento ilegal tenha gerado condenação penal ou cível em ação proposta pelo Ministério Público. Tem, ainda, trabalhado no cadastramento de produtores rurais para fiscalização da Amazônia via satélite. Foram ajuizadas ações contra bancos que financiaram empreendimentos agrícolas sem a apresentação do necessário licenciamento ambiental. A partir de agora, o GT visa trabalhar a integração dos sistemas do INCRA e DOF.

- A atuação do GT APP orbita nas seguintes questões: a) APP nas áreas urbanas; b) entornos de reseedórios; c) o novo Código Florestal.

- O GT Fauna tem como foco a questão da Experimentação Animal e Viviseção; a Instrução Normativa IBAMA nº 13/2010, que estabelece que fica proibida a reprodução dos grandes felinos exóticos (*Panthera spp.*); assim como, medidas de combate ao tráfico de animais silvestres em nível nacional.

- Quanto ao GT Pesca tem trabalhado com os seguintes temas: a) a questão da Pesquisa pesqueira/Ibama; b) a normatização da pesca; c) a

recuperação dos estoques das espécies sobreexplotadas; d) o permissionamento da pesca; e) elaboração da cartilha Campanha Nacional de Comércio e Consumo Sustentável de Pescado.

- O GT Patrimônio Cultural tem como prioridade os seguintes objetos a) Patrimônio Edificado; b) interface entre Patrimônio Cultural e Licenciamento Ambiental; c) Arqueologia; d) Sistema integrado de conhecimento e gestão (IPHAN); e) metodologia de valoração do dano ao Patrimônio Cultural; f) Linguística (línguas ameaçadas de extinção).

- O GT Regularização Fundiária em Unidades de Conservação está concentrado na elaboração de um diagnóstico de quais seriam os entraves para a regularização das Unidades de Conservação. O diagnóstico foi realizado pelos analistas periciais da 4ª CCR e está sendo elaborado um manual de atuação.

- O GT Transgênicos e Agrotóxicos tem priorizado a questão da obrigatoriedade da rotulagem dos alimentos que contém produtos transgênicos e, para tanto, tem realizado reuniões junto ao Ibama, e outros órgãos. Tem trabalhado também na elaboração de uma recomendação ao CTNBio, contrária à liberação do feijão transgênico. Outro tema tratado pelo GT é a liberação de agrotóxicos pela Anvisa.

- O GT Zona Costeira está concluindo suas atividades com a elaboração do Manual de Atuação do MPF na Zona Costeira.

Em 2011, 10 (dez) GTs e 02 SubGTs atuaram em matéria de meio ambiente e patrimônio cultural.

Para o alcance de seus objetivos, no decorrer do ano, reuniram-se em Brasília e em outros Estados e produziram diferentes materiais, que está disponível no seguinte link na intranet:

<http://ccr4.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/grupos-de-trabalho>

São eles:

- **Águas**

Coordenadora: *Sandra Akemi Shimada Kishi*
Procuradora Regional da República – 3ª Região

- **Amazônia Legal**

Coordenador: *Daniel César Azeredo Avelino*
Procurador da República no Estado do Pará

- **Área de Preservação Permanente**

Coordenador: *Rodrigo da Costa Lines*
Procurador da República no Município de Volta Redonda

- **Fauna**

Coordenador: *Anaiva Oberst*
Procuradora Regional da República - 2ª Região

- **Licenciamento de Grandes Empreendimentos**

Coordenador: *João Akira Omoto*
Procurador da República no Município de Londrina/PR

- **Patrimônio Arquitetônico**

Coordenador: *Antônio Arthur Barros Mendes*
Procurador da República no Município de São João Del Rei

- **Patrimônio Cultural**

Coordenadora: *Zani Cajueiro Tobias de Souza*
Procuradora da República no Estado de Minas Gerais

- ✓ Subgrupo de Trabalho: Direitos Autorais

Coordenador: *Márcio Schusterschitz da Silva Araújo*
Procurador da República no Estado de São Paulo

- ✓ Subgrupo de Trabalho: Resgate de Bens

Paleontológicos Identificados no Exterior
Coordenador: *Marcello Paranhos de Oliveira Miller*
Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro

- **Pesca**

Coordenadora: *Anelise Becker*
Procuradora da República no Município de Rio Grande/RS

- **Regularização Fundiária de Unidades de Conservação**

Coordenadora: *Ludimila Junqueira Duarte de Oliveira*
Procuradora da República no Município de Passos

- **Transgênicos e Agrotóxicos**

Coordenadora: *Fátima Aparecida de Souza Borghi*
Procuradora Regional da República – 3ª Região

- **Zona Costeira**

Coordenadora: *Analúcia de Andrade Hartmann*
Procuradora da República no Estado de Santa Catarina

Consultas

No exercício da atribuição delegada ao Coordenador da 4ª CCR, foi respondida uma Consulta à PR/RS, sobre a atribuição do Núcleo do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural daquela Procuradoria, na atuação em situações de “defesa

dos consumidores e regulamentação da ordem econômica quanto ao consumo de pescados marítimos irregulares no Rio Grande do Sul”.

Enunciados

Em 2011, a Coordenação da 4ª CCR expediu os seguintes Enunciados:

- **Nº 11**, de 18/11/2011 – É atribuição do MPF dano ambiental decorrente de atividade de extração mineral, independentemente da extensão.
- **Nº 12**, de 18/11/2011 – Os expedientes remetidos à Câmara para exercício do seu poder revisional devem conter sempre prévia autuação, observando a Sistemática de Numeração Única adotada pelo MPF, mesmo como peças de informação, possibilitando, assim, o adequado registro e controle.

Portarias

Em 2011, a Coordenação da 4ª CCR expediu as seguintes portarias:

- **Nº 01**, de 03/03/2011 – Retificar os títulos atribuídos aos enunciados baixados pelo colegiado da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, relativamente às suas numerações, mantendo-se inalterados os demais termos dos respectivos enunciados.
- **Nº 02**, de 31/03/11 – Estabelece que a Gerência Técnica da 4ª CCR será estruturada em Núcleos Periciais de acordo com as áreas de formação dos analistas/peritos em cinco núcleos, a saber:

Núcleo de Biologia, Núcleo de Engenharia Sanitária, Civil e Química, Núcleo de Engenharia Florestal e Agronomia, Núcleo de Geologia e Geografia, e Núcleo de Patrimônio Cultural.

- **Nº 03**, de 13/04/11 – Constitui o Grupo de Trabalho 4ª CCR – Fauna.
- **Nº 4**, de 18/04/11 – Constitui o Grupo de Trabalho 4ª CCR – Patrimônio Arquitetônico.
- **Nº 5**, de 18/04/11 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Patrimônio Cultural.
- **Nº 6**, de 26/04/11 - Altera a Portaria Nº 03 - 4ª CCR, de 09/02/10, estabelecendo a ordem de prioridade para elaboração dos trabalhos periciais solicitados à 4ª CCR.
- **Nº 7**, de 05/05/11 – Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Pesca.
- **Nº 8**, de 27/05/11 – Indica os chefes dos Núcleos Periciais;
- **Nº 9**, de 02/06/11 – Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Pesca.
- **Nº 10**, de 15/07/11 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Patrimônio Cultural.
- **Nº 11**, de 04/10/11 - Altera a composição do Subgrupo de Trabalho 4ª CCR – Direitos Autorais.
- **Nº 12**, de 11/11/11 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Fauna.
- **Nº 13**, de 15/12/11 – Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Pesca.

Recomendações

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com base no artigo 129, V, da Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, III, “e”, e 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, expediu as seguintes Recomendações:

- **Recomendação de 14/02/2011:**

Recomenda ao IPHAN e a Marinha do Brasil que assinem, no prazo de 60 (sessenta) dias, acordo de cooperação técnica sobre os procedimentos administrativos a serem adotados para os pedidos de exploração do patrimônio cultural subaquático.

- **Recomendação de 31/05/2011:**

Recomenda à Ministra de Estado do Meio Ambiente que mantenha em vigor a íntegra da INI MPA/MMA nº 07, de 13 de maio de 2011, abstendo-se de, por qualquer razão, elastecer o limite, originalmente previsto na IN IBAMA nº 171/98, de 60 embarcações traineiras permissionadas para a captura de tainha, ressalvada a necessidade de redução desse número caso a realidade ambiental assim exigir.

- **Recomendação de 31/05/2011:**

Recomenda à Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura que mantenha em vigor a íntegra da INI MPA/MMA nº 07, de 13 de maio de 2011, abstendo-se de, por qualquer razão, elastecer o limite, originalmente previsto na IN IBAMA nº 171/98, de 60 embarcações traineiras perimissionadas para a captura de tainha, ressalvada a necessidade de redução desse número caso a realidade ambiental assim exigir.

- **Recomendação de 31/05/2011:**

Recomenda ao Advogado-Geral da União que mantenha em vigor a íntegra da INI MPA/MMA nº 07, de 13 de maio de 2011, abstendo-se de, por qualquer razão, elastecer o limite, originalmente previsto na IN IBAMA nº 171/98, de 60 embarcações traineiras permissionadas para a captura de tainha, ressalvada a necessidade de redução desse número caso a realidade ambiental assim exigir.

Recomendações Conjuntas

- **Recomendação Conjunta 4ª CCR e 6ª CCR de 30/06/11:**

Recomenda ao Ministro de Minas e Energia que prorrogue o prazo de consulta pública do Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 por 60 dias, para que sejam ofertados comentários por parte dos órgãos públicos e pela sociedade civil organizada, bem como divulgue em jornais de grande circulação em todo o País o período de consulta e os meios pelos quais a população poderá ter acesso ao referido Plano.

Outras Atividades

Cartilha Inquéritos Cíveis em matéria ambiental e patrimônio cultural

A instrução adequada de Procedimentos Administrativos e Inquéritos Cíveis é de fundamental importância para a efetividade das providências adotadas pelo MPF na proteção do meio ambiente. A tramitação desses expedientes foi regulamentada pelo CSMPF (Resolução nº 87/2006) e também pelo

Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução nº 23/2007).

Além disso, a instrução de Procedimentos e Inquéritos Cíveis na área ambiental tem algumas especificidades, entre elas a necessidade de avaliar informações que constam de documentos técnicos para definir se cumprem os requisitos da legislação.

Uma das medidas adotadas quanto aos documentos técnicos é sua remessa para análise pericial na 4ª Câmara o que, conseqüentemente, pressupõe uma instrução prévia do Procedimento, para que seu objeto seja delimitado e providências urgentes possam ser tomadas sem prejuízo da análise técnica.

Assim a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão elaborou essa Cartilha contendo orientações gerais quanto à instauração e instrução de Procedimentos Administrativos e Inquéritos Cíveis em matéria ambiental com o objetivo de uniformizar algumas rotinas das diferentes unidades e auxiliar a atuação dos membros do MPF.

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente - Rio + 20

Criação de uma Comissão Rio + 20, da 4ª CCR, presidida pelo Coordenador da Câmara e integrada pelos seguintes membros: Sandra Cureau, Subprocuradora-geral da República; Sandra Akemi Shimada Kishi, Procuradora Regional da República; João Akira Omoto e Ricardo Kling Donini, Procuradores da República, sem prejuízo de inclusão futura de outros membros.

Entre os objetivos, destacam-se: a) postular a participação de membros, com atuação em meio ambiente, nos eventos relacionados à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente - Rio + 20; b) oficial a Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no sentido de obter as deliberações referentes às reuniões já ocorridas e o andamento atual dos trabalhos da Comissão, inclusive, quanto ao andamento atual dos trabalhos do Comitê; c) Obter as informações relativas às posições da sociedade civil relativas aos trabalhos da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, indicando os membros do MPF no Comitê ou na Comissão, no momento oportuno.

Viagens realizadas no Interesse da 4ª CCR

Em 2011, a 4ª CCR, por meio de sistema próprio, autorizou 330 solicitações de viagem de servidores, membros do MPF e colaboradores eventuais.

Dessas solicitações de viagens, 134 foram feitas por analistas e assessores lotados na 4ª CCR e nos estados, que realizaram perícia ou análise de documentos fora do ambiente sede de trabalho, bem como participaram de eventos na área de meio ambiente e patrimônio cultural.

Anexo I
Quadro síntese das deliberações do Colegiado em 2011

REGIÃO	UF	PROCURADORIA	MEIO AMBIENTE					PATRIMÔNIO CULTURAL					TOTAL		
			TAC	Promoção	Recurso	Declínio	Conflito	Consulta	TAC	Promoção	Recurso	Declínio		Conflito	Consulta
NORTE	AC	PR/AC	0	26	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	29
	AM	PR/AM	0	29	0	11	0	0	0	1	0	0	0	0	41
		PRM/TABATINGA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0*
	AP	PR/AP	0	11	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	16
		PR/PA	0	81	0	9	0	0	0	10	0	0	0	0	100
	PA	PRM/ALTAMIRA	0	10	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	12
		PRM/MARABÁ	0	8	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	11
		PRM/SANTARÉM	0	11	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	14
	RO	PR/RO	0	49	0	17	0	0	0	2	0	0	0	0	68
		PRM/JI-PARANÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	PR/RR	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	
TO	PR/TO	0	80	0	9	0	0	0	2	0	0	0	0	91	
NORDESTE	AL	PR/AL	0	49	0	4	0	0	0	4	0	0	0	0	57
		PRM/ARAPIRACA	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	BA	PR/BA	0	60	0	10	1	0	0	26	0	0	0	0	97
		PRM/BARREIRAS	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	4
		PRM/CAMPO FORMOSO	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
		PRM/EUNÁPOLIS	0	11	0	2	0	0	0	9	0	0	0	0	22
		PRM/FEIRA DE SANTANA	0	4	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	8
		PRM/GUANAMBI	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
		PRM/JEQUIÉ	0	1	0	1	0	0	0	7	0	0	0	0	9
		PRM/PAULO AFONSO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/ILHÉUS-ITABUNA	0	56	0	13	0	0	0	1	0	1	0	0	71
		PRM/VITÓRIA DA CONQUISTA	0	8	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	11
		PR/CE	0	153	0	33	0	0	0	4	0	0	0	0	190
	CE	PRM/JUAZEIRO DO NORTE	0	7	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	13
		PRM/LIMOEIRO DO NORTE	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	3
		PRM/SOBRAL	0	9	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	10
	MA	PR/MA	0	49	0	11	0	0	0	5	0	1	0	0	66
		PRM/MA CAXIAS	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/IMPERATRIZ	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
	PB	PR/PB	0	37	0	4	0	0	0	2	0	1	0	0	44
		PRM/CAMPINA GRANDE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/SOUSA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	PE	PR/PE	0	88	2	8	0	0	0	24	0	1	0	0	123
		PRM/CARUARU	0	3	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	7
		PRM/GARANHUNS	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
		PRM/PETROLINA-JUAZEIRO (BA)	0	7	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	10
		PRM/SERRA TALHADA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	PI	PR/PI	0	18	0	25	0	0	0	1	0	0	0	0	44
		PRM/PICOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	RN	PR/RN	0	113	2	13	0	0	0	4	0	0	0	0	132
	PRM/CAICÓ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	PRM/MOSSORÓ	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5	
SE	PR/SE	0	60	2	7	0	0	0	12	0	1	0	0	82	
CENTRO - OESTE	DF	PR/DF	0	65	3	11	0	0	0	6	0	0	0	0	85
	GO	PR/GO	0	21	0	7	0	0	0	3	0	0	0	0	31
		PRM/ANÁPOLIS	0	0	0	1	0	0	0	2	0	1	0	0	4
		PRM/RIO VERDE	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PR/MT	0	11	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	13
	MT	PRM/CÁRCERES	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/RONDONÓPOLIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/SINOP	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
MS	PR/MS	0	5	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	7	

	PRM/CORUMBÁ	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	
	PRM/COXIM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	PRM/DOURADOS-NAVIRAÍ	0	8	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	20	
	PRM/PONTA PORÃ	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
	PRM/TRÊS LAGOAS	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	
ES	PR/ES	0	47	0	5	0	0	0	3	0	0	0	0	55	
	PRM/CACHOEIRO DO	0	7	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	8	
	PRM/COLATINA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
	PRM/SÃO MATEUS	0	7	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	10	
M G	PR/MG	0	69	0	10	0	0	0	33	0	0	0	0	112	
	PRM/DIVINÓPOLIS	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	3	
	PRM/GOVERNADOR VALADARES	0	6	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	13	
	PRM/IPATINGA	0	7	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	10	
	PRM/JUIZ DE FORA	0	8	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	9	
	PRM/MONTES CLAROS	0	9	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	12	
	PRM/PATOS DE MINAS	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	
	PRM/PASSOS-SÃO SEBASTIÃO	0	39	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	39	
	PRM/SÃO JOÃO DEL REI-LAVRAS	0	4	0	3	0	0	0	3	0	0	0	0	10	
	PRM/POUSO ALEGRE	0	19	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	23	
	PRM/SETE LAGOAS	0	6	0	3	0	0	0	2	0	0	0	0	11	
	PRM/UBERABA	0	33	1	6	0	0	0	3	0	0	0	0	43	
	PRM/UBERLÂNDIA	0	13	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	15	
	PRM/VARGINHA	0	10	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	11	
	RJ	PR/RJ	0	260	0	22	0	0	0	56	0	2	0	0	340
		PRM/UNIÃO DA VITÓRIA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PRM/ANGRA DOS REIS		0	66	1	5	0	0	0	6	0	1	0	0	79	
PRM/CAMPOS DOS		0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	
PRM/ITAPERUNA		0	14	0	4	0	0	0	1	0	1	0	0	20	
PRM/MACAÉ		0	19	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	20	
PRM/NITERÓI		0	47	0	8	0	0	0	3	0	0	0	0	58	
PRM/NOVA FRIBURGO		0	13	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	15	
PRM/PETRÓPOLIS-TRÊS RIOS		0	51	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	59	
PRM/SÃO GONÇALO-MAGÉ		0	12	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	14	
PRM/SÃO JOÃO DE MERITI		0	36	0	6	0	0	0	2	0	0	0	0	44	
PRM/VOLTA REDONDA-BARRA		0	53	0	37	0	0	0	2	0	0	0	0	92	
SP	PR/RESENDE	0	13	0	12	0	0	0	1	0	0	0	0	26	
	PRM/SÃO PEDRO DA ALDEIA	0	43	0	2	0	0	0	11	0	0	0	0	56	
	PRM/TERESÓPOLIS	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3	
	PR/SP	0	82	0	18	0	0	0	23	0	1	0	0	124	
	PRM/ANDRADINA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	PRM/ARAÇATUBA	0	24	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	27	
	PRM/ARARAQUARA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
	PRM/ASSIS	0	7	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	8	
	PRM/BRAGANÇA PAULISTA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
	PRM/CAMPINAS	0	16	0	6	0	0	0	9	0	1	0	0	32	
PRM/FRANCA	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5		
PRM/GUARULHOS	0	5	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	6		
PRM/JALES	0	34	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	35		
PRM/JAÚ	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4		
PRM/LINS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
PRM/MARÍLIA	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4		
PRM/MOGI DAS CRUZES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
PRM/OURINHOS	0	3	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	5		
PRM/BAURU-AVARÉ-BOTUCATU	0	6	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	8		
PRM/GUARATINGUETÁ-	0	17	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	18		
PRM/PIRACICABA-AMERICANA	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2		
PRM/SÃO BERNARDO CAMPO	0	5	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	6		
PRM/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0	26	0	3	1	0	0	4	0	0	0	0	34		
PRM/PRESIDENTE PRUDENTE	0	28	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	32		
PRM/RIBEIRÃO PRETO	0	9	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	11		

SUDESTE

	PRM/SÃO JOÃO DA BOA VISTA	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2		
	PRM/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	0	13	0	3	0	0	0	1	0	1	0	18		
	PRM/SANTOS	0	91	1	9	0	0	0	6	0	0	0	107		
	PRM/SÃO CARLOS	0	6	0	0	0	0	0	1	0	0	0	7		
	PRM/SOROCABA	0	6	0	2	0	0	0	1	0	0	0	9		
	PRM/TAUBATÉ	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8		
	PRM/TUPÃ	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
SUL	PR	PR/PR	0	31	0	4	0	0	0	2	0	0	0	37	
		PRM/APUCARANA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		PRM/CAMPO MOURÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		PRM/FOZ DO IGUAÇU	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5	
		PRM/FRANCISCO BELTRÃO	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	
		PRM/GUARAPUAVA	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	4	
		PRM/JACAREZINHO	0	2	0	3	0	0	0	1	0	0	0	6	
	RS	PRM/LONDRINA	0	7	0	1	0	0	0	0	0	0	0	8	
		PRM/MARINGÁ	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
		PRM/PARANAGUÁ	0	25	0	1	0	0	0	1	0	0	0	27	
		PRM/PARANAVÁÍ	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	
		PRM/PATO BRANCO	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
		PRM/CASCADEL-TOLEDO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		PRM/PONTA GROSSA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
		PRM/UMUARAMA	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	4	
		PRM/UNIÃO DA VITÓRIA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
		PR/RS	0	139	0	11	0	0	0	17	0	1	0	0	168
		PRM/BAGÉ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/BENTO GONÇALVES	0	14	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	16
		PRM/CACHOEIRA DO SUL	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4
		PRM/CANOAS	0	6	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	7
		PRM/CAXIAS DO SUL	0	17	0	2	0	0	0	4	0	0	0	0	23
	PRM/CRUZ ALTA	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
	PRM/ERECHIM	0	12	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	14	
	SC	PRM/LAJEADO	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	
		PRM/NOVO HAMBURGO	0	19	0	0	0	0	0	2	0	0	0	21	
		PRM/PELOTAS	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
		PRM/PASSO FUNDO-	0	15	0	1	0	0	0	2	0	0	0	18	
		PRM/SANTA MARIA-SANTIAGO	0	7	0	1	0	0	0	3	0	0	0	11	
		PRM/RIO GRANDE	0	37	0	2	0	0	0	3	0	1	0	43	
		PRM/SANTANA DO	0	11	0	0	0	0	0	1	0	0	0	12	
		PRM/SANTA CRUZ DO SUL	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	
		PRM/SANTA ROSA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
		PRM/SANTO ÂNGELO	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	
		PRM/URUGUAIANA	0	11	0	1	0	0	0	0	0	0	0	12	
		PR/SC	0	104	0	21	0	0	0	8	0	0	0	0	133
		SC	PRM/BLUMENAU	1	25	0	6	1	10	0	0	0	0	0	1
	PRM/CAÇADOR		0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	
	PRM/CHAPECÓ		0	7	0	1	0	0	0	0	0	0	0	8	
	PRM/CONCÓRDIA		0	5	0	8	0	0	0	0	0	0	0	13	
	PRM/CRICIUMA		0	61	0	4	0	0	0	1	0	0	0	66	
	PRM/JARAGUÁ DO SUL		0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5	
PRM/JOAÇABA	0		10	0	2	0	0	0	1	0	0	0	13		
PRM/JOINVILLE	0		52	0	15	0	0	0	5	0	0	0	72		
PRM/LAGES	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PRM/MAFRA	0		5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	
PRM/ITAJAÍ-BRUSQUE	0		51	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	70	
PRM/TUBARÃO-LAGUNA	0		18	0	5	0	0	0	2	0	0	0	0	25	
PRM/RIO DO SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
PRM/SÃO MIGUEL D' OESTE	0	6	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7		
TOTAL		1	3284	14	557	4	10	0	395	0	19	0	1	4285	

Nota: Não computados os procedimentos originados pela 4ª CCR.

Anexo II

Gráficos de deliberações do colegiado, por tema, em meio ambiente e patrimônio cultural

Meio Ambiente

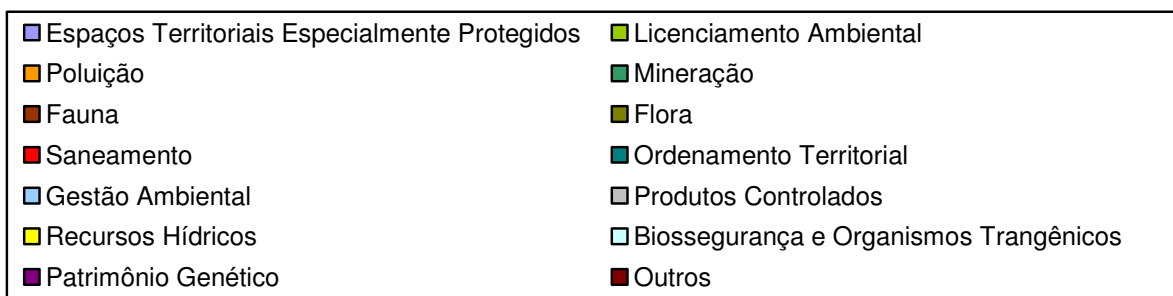
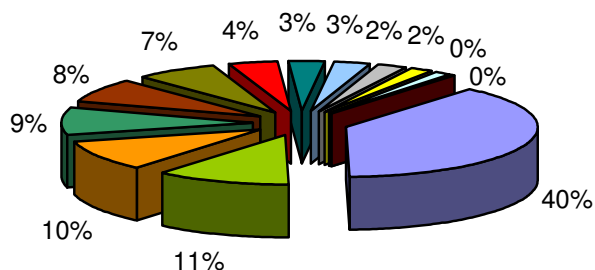


Gráfico 14 - Deliberações do colegiado em meio ambiente

Patrimônio Cultural

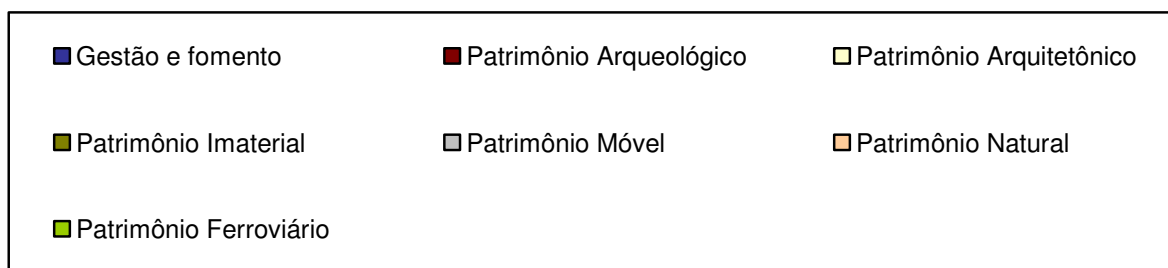
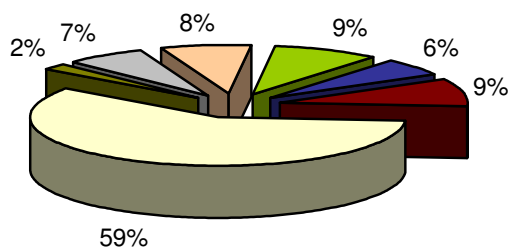


Gráfico 15 - Deliberações do colegiado em patrimônio cultural